



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Monike Soares Quirino

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO CURSO DE
PEDAGOGIA: PROVOC(A)ÇÕES**

Florianópolis, dezembro de 2022

Monike Soares Quirino

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO CURSO DE
PEDAGOGIA: PROVOC(AÇÕES)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia
Orientadora: Profa. Dra. Angelica Silvana Pereira.

Florianópolis, dezembro de 2022

Monike Soares Quirino

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DO CURSO DE
PEDAGOGIA: PROVOC(AÇÕES)**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia

Florianópolis, 16 de dezembro de 2022.

Profa. Dra. Patrícia de Moraes Lima
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Angelica Silvana Pereira (Orientadora)

Prof. Dr. Alexandre Toaldo Bello

Profa. Dra. Carolina Votto da Silva

Profa. Dra. Márcia Buss-Simão (suplente)

À minha rede de apoio: meu pai, minha mãe,
meu irmão, meu parceiro, amigos e aos
orixás que guiam meu caminho.

AGRADECIMENTOS

Por mais que eu saiba que é sempre muito bom ter o que e a quem agradecer, não significa que seja fácil fazê-lo e usar as palavras de uma maneira que possam expressar toda a emoção e gratidão que eu tenho àquelas pessoas que me acompanharam nesta trajetória.

Trajetória que só foi possível pela oportunidade, que por muitas vezes outras pessoas não tiveram, de ingressar na UFSC. Universidade que possibilitou a realização desta relevante pesquisa em meio a tantas políticas que precarizam ainda mais a educação, com o desmonte das universidades públicas, gratuitas e de qualidade. cursar Pedagogia na UFSC para mim significou a realização de um sonho que, por muitas vezes, parecia distante, pois apesar de ser um espaço marcado por movimentos de lutas, às vezes, é também um espaço excludente.

Começo então agradecendo por ter podido, durante a minha formação acadêmica, cruzar com pessoas que hoje são amigos e outras tantas colegas de profissão. Agradeço também a coragem e os ensinamentos que meus/minhas queridos/as professores/as colocaram em movimento para eu chegar até aqui e ocupar espaços que por muitas vezes acreditei que não seria capaz.

Agradeço aos orixás que guiaram meus caminhos e a Oyá que guia meu Ori e mantém meu corpo fechado. A família do Terreiro de Oxalá (Geapaz) e a minha Mãe de Santo, Lisandra Macedo Pinheiro, que através do seu caloroso colo, sabedoria e fé, me ergueu e auxiliou no enfrentamento de momentos difíceis.

Agradeço a minha mãe, Tatiane Manhauçu Amaral Soares, que me acompanhou desde o meu momento de matrícula, até às madrugadas para a realização de trabalhos. Através do seu jeito batalhador e amoroso me inspirou a ser a pessoa que me tornei.

Agradeço ao meu pai, Laudemir Cipriano de Souza, que acordou durante meus primeiros semestres às 5h da manhã para me levar ao ponto de ônibus, por ter anotado todas as linhas/horários que eu deveria pegar para ir e voltar da universidade, pois minha bússola sempre foi falha. Agradeço-te desde meus 3 anos, quando você me permitiu te chamar de pai e vêm, desde então, desempenhando esse papel tão bem.

Agradeço ao meu irmão que sempre me apoiou, fortaleceu, acalentou e me inspirou, desde que ele era criança, ao romper os padrões de gênero pedindo cadernos de unicórnio e da Pabllo Vittar.

Agradeço ao meu parceiro Leonardo Lopes Treib, que nos últimos três anos me deu toda estrutura financeira e amorosa para que eu pudesse concluir meus estudos. Que nos sábados e domingos usou do seu tempo de descanso para construir nosso lar e a cada volta de lá, passava na minha mesa de estudos para dizer que eu seria capaz. Por ter me acolhido nos momentos de choro e estresse. Por acreditar em mim, até mesmo quando eu deixei de acreditar.

Agradeço às minhas amigas Marília Dagostin e Natália Alves que me deram apoio, amizade e amor para enfrentar o caos de Florianópolis. A minha amiga Tatiana Maria Alexandre que me acompanha desde a minha chegada na UFSC, sendo minha dupla de trabalhos acadêmicos, companheira de bar e de luta. Ao meu amigo Edson da Costa Gularte, que apesar de ter conhecido na minha reta final do curso ao cruzarmos nossos caminhos como dupla de estágio, me proporcionou muitos momentos divertidos, me aconselhou e me incentivou. Às minhas amigas Ana Maria Ziomek e Nicole Nitz que me abriram os braços na minha chegada em Garopaba, emprestaram-me seus ombros para lamentar, seus notebooks para eu poder realizar meus estudos e toda a amizade que me deram e pelas forças para finalizar a graduação.

Agradeço a minha orientadora Dra. Angelica Silvana Pereira, que me fez apaixonar ainda mais pela temática de Gênero e Sexualidade assim que ingressei na UFSC. Por ter me auxiliado, acreditado e incentivado em cada processo de minha escrita. Obrigada por ter cruzado meu caminho e ter me feito conquistar meu sonho.

Agradeço a banca, professor Alexandre Bello, professora Carolina Votto e Márcia Buss-Simão por aceitarem o convite para fazer parte deste momento tão especial em minha formação.

Agradeço-me por mais esta conquista e que a partir desse diploma eu possa levar toda a práxis que vivenciei nesses últimos 6 anos, sempre na busca de exercer de forma política e crítica tudo aquilo que aprendi!

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática da liberdade. (bell hooks, 2013)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve por objetivo analisar de que modo gênero e sexualidade perpassam o currículo do Curso de Pedagogia da UFSC, atualizado pelo ajuste curricular implantado a partir de 2021. Os objetivos específicos do estudo foram: a) Levantar estudos já realizados acerca da temática; b) Aprofundar estudos sobre as categorias gênero e sexualidade; c) Mapear e estudar os documentos curriculares do curso de Pedagogia da UFSC; d) Analisar textos legais que estabelecem diretrizes curriculares para formação em Pedagogia. O trabalho é parte de uma pesquisa maior em andamento que analisa gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de pedagogia de instituições públicas da região sul. A pesquisa dialogou com autores/es como Guacira Lopes Louro, Ivan Amaro, Alexandre Bortolini, Helena Altmann, Tomaz Tadeu da Silva, Augusto Nivaldo Silva Triviños entre outros/as para qualificar o texto e as análises. A investigação, de cunho qualitativo, analisou documentos como o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPP) e os programas das disciplinas vigentes. Além disso, examinou documentos que estabelecem as diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia e para a formação inicial e continuada de professores/as. No mapeamento realizado entre os 48 programas de disciplinas, identificou-se a presença do gênero e da sexualidade em apenas nove, indicando, assim, uma abordagem periférica da temática no currículo do curso. Em relação aos documentos nacionais, percebeu-se avanços no tratamento à temática nas resoluções de 2006 e de 2015, seguido de significativo retrocesso na resolução de 2019, onde há uma ausência total do tema. Considerando que o Curso de Pedagogia habilita para a docência com crianças, os achados da pesquisa sinalizam para a necessidade de avançar no debate, visando uma formação docente consistente e qualificada para o enfrentamento de situações cotidianas que envolvem gênero e sexualidade na escola, em defesa dos direitos da infância.

Palavras-chaves: Gênero; Sexualidade; Pedagogia; Formação docente; Currículo.

SUMÁRIO

1	PROVOC(AÇÕES) INICIAIS	10
1.1	Primeiras aproximações ao tema	11
1.2	Corpos e paredes que falam	12
1.3	O Curso de Pedagogia da UFSC e o problema de pesquisa	14
1.4	Percurso metodológico	15
2	GENERO, SEXUALIDADE, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	18
2.1	Gênero e sexualidade na educação	18
2.2	A formação de professores/as os estudos de gênero e de sexualidade	21
2.3	Questões de currículo ...	22
2.4	Gênero, sexualidade e a formação em Pedagogia	23
3	O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS – ENSAIANDO ANÁLISES	25
3.1.	Gênero e sexualidade em documentos curriculares nacionais para a formação docente	25
3.2	Gênero e sexualidade no currículo do Curso de Pedagogia	31
4	PROVOC(AÇÕES) FINAIS	37
	BIBLIOGRAFIA	39

1 PROVOC(AÇÕES) INICIAIS

Provocação¹: Substantivo feminino. Ato ou efeito de, com palavras ou atos, forçar alguém a uma luta, briga, discussão etc.; desafio, repto. Ato, fala ou atitude de desrespeito; insulto, afronta, ofensa. Ato ou processo para tentar atrair ou seduzir.

Estes significados, por vezes tão diferentes para uma ‘mesma’ palavra, podem ser inter cruzados, misturados, dependendo do seu uso. Por certo, seja pela sua definição extraída de dicionários, seja pela sua grafia, a palavra “provocação” ‘guarda’ em si a “ação” – provocação).

Ação²: Substantivo feminino. Resultado do fato de agir. Manifestação de uma força que age sobre outra coisa ou pessoa. Sequência dos acontecimentos numa narrativa. Modo como alguém se porta, age. Disposição para agir; atividade, energia, movimento.

De certo modo, a provocação é uma forma de ação que reúne ambos os significados, os quais podem ser mais ou menos relacionados entre si. É com a intencionalidade de interseccionar estes significados que inicio a escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que tratará do gênero e da sexualidade na formação em Pedagogia, mais especificamente do Curso de Pedagogia da nossa universidade.

O estudo integra uma pesquisa maior em andamento, coordenada pela Profa. Dra. Angelica Silvana Pereira, que, com base na Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015, busca analisar os modos pelos quais gênero e sexualidade são incorporados nos currículos dos cursos de Pedagogia de instituições públicas da região sul, principalmente em disciplinas obrigatórias específicas sobre a temática e em disciplinas optativas. Nesta pesquisa, a professora pretende aprofundar as análises sobre o lugar do gênero e da sexualidade no curso de Pedagogia da UFSC, realizando um estudo exploratório sobre as formas como a temática perpassa a formação inicial.

Este TCC configura-se em parte desta pesquisa e focaliza a discussão acerca do gênero e da sexualidade nos documentos oficiais do Curso de Pedagogia da UFSC após o último ajuste curricular, implantado a partir de 2021. Neste contexto, a expressão “provoc(ações)” diz respeito às ações, ao movimento, ao percurso e aos jogos de força implicados nas presenças e ausências do gênero e da sexualidade nos documentos, bem como

¹ Os significados para a palavra “provocação” foram extraídos do dicionário Michaelis e do dicionário virtual <<https://www.dicio.com.br/provocação/>>, vide bibliografia.

² Significados retirados de <<https://www.dicio.com.br/acao/>>, vide bibliografia.

ao ato de trazer para dentro do curso, em espaços como este, de produção de um texto acadêmico que permanecerá no seu repositório institucional, a discussão sobre como gênero e sexualidade são ou não tematizados nos textos que organizam o seu funcionamento.

1.1 Primeiras aproximações ao tema

Minhas primeiras aproximações ao tema deste TCC se deram antes do meu ingresso na universidade, no período da minha vida em que a construção da minha sexualidade era bastante central. Mais tarde, quando ingressei no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), realizei a primeira experiência de estágio numa escola confessional católica. Foi quando tive contato com uma série de situações de preconceito e de discriminação com pessoas LGBTQIA+, principalmente com professores/as não heteronormativos/as. Tais situações me incomodaram e me afetaram, talvez porque eu me identificasse com eles/as. Desde então tive maior interesse nos estudos de gênero e sexualidade, me engajando em pesquisas que envolviam esta temática.

Mais tarde, quando ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio de transferência, continuei instigada a estudar sobre as questões de gênero e sexualidade, afinal, elas tinham (e têm!) significados para mim que extrapolam a formação profissional e acadêmica.

A partir da experiência de estágio referida anteriormente, tinha o desejo de realizar meu TCC sobre a docência de pessoas LGBTQIA+ nos anos iniciais de escolas públicas de Santa Catarina, especificamente nas cidades de Florianópolis e Garopaba, onde eu estudo e moro, respectivamente. Contudo, esse meu interesse envolvia uma pesquisa de campo que estava inviabilizada pela pandemia da COVID19. Nos primeiros contatos com minha orientadora, identificamos a possibilidade de seguir o estudo sobre gênero e sexualidade, porém na formação inicial de professoras/es que atuarão na docência com crianças. Em consonância com a pesquisa de minha orientadora, citada anteriormente, surgiu, então, a ideia de lançar um olhar sobre gênero e sexualidade no Curso Pedagogia da UFSC, focalizando documentos como o Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPPC) e o seu currículo recentemente atualizado.

É importante ressaltar que a temática do gênero e da sexualidade foi pouco abordada durante a minha formação, embora ela tenha sido pulsante em vários espaços e vivência na própria universidade, mais ou menos formais, tais como coletivos, rodas de conversa, assembleias estudantis, eventos acadêmicos etc. A realização do Fazendo Gênero, evento

internacional de grande porte sediado pela UFSC a cada triênio, reúne pesquisadores/as de diferentes lugares do país e do mundo, movimentos sociais e ativistas dos direitos LGBTQIA+, movimentando debates diversificadas sobre gênero e sexualidade em diferentes campos disciplinares. Apesar disso, não se trata de uma possibilidade formativa de amplo alcance na formação em Pedagogia, na medida em que reúne pessoas que já tem interesse no campo de estudos, não impactando o curso na sua totalidade.

1.2 Copos e paredes que falam

No primeiro semestre 2018, cursei a disciplina optativa “Corpo, Gênero e Sexualidade: Implicações para práticas pedagógicas”, ministrada pela professora Angelica Pereira e pelo professor Alexandre Bello, na ocasião, um dos trabalhos da disciplina foi a realização de intervenções no CED sobre um tema de livre escolha que tivesse sido discutido na referida disciplina. Fiz parte de um grupo que escolheu intervir numa parede do Bloco A, aplicando um conjunto de ‘lambes³’ com imagens e dizeres criados por nós, sobre violências contra as mulheres. No entanto, ao retornar às aulas presenciais, após o período de ensino remoto causado pela pandemia, a parede havia sido pintada e os lambes desapareceram.

Estes fatos – a instalação e a retirada dos lambes – e outras situações vivenciadas na universidade me levaram a pensar sobre as (in)visibilidades do gênero e da sexualidade ao longo dos quatro anos de minha formação no Curso de Pedagogia da UFSC, possivelmente por sido uma temática pouco discutida no conjunto de disciplinas que compõem o seu currículo. Apesar de ser um curso historicamente generificado, composto por uma grande maioria de mulheres discentes e docentes, por vezes, discussões sobre gênero e sexualidade aconteciam na maioria das vezes fora das salas de aula, em espaços outros.

Mais recentemente, as paredes recém pintadas do CED foram utilizadas para manifestações de rechaço à presença de corpos que não se encaixam nas prescrições de gênero e de sexualidade. Por meio de escritos sexistas e transfóbicos pelas paredes da UFSC, principalmente do Centro de Ciências da Educação, provocaram indignação que resultaram em discussões e reflexões, mostrando que gênero e sexualidade são temas cruciais para a vida das/os estudantes e para a nossa formação. A crescente escalada conservadora

³ 3. *popular* cartaz, geralmente produzido de forma artesanal e com conteúdo político ou artístico, que é colocado em um espaço público. Significado retirado de <<https://www.meudicionario.org/lambe-lambes/>>, vide bibliografia

impulsionada por um governo de extrema direita no Brasil criou um ambiente para expressões criminosas de racismo e de transfobia nestas paredes.

No mês de julho deste ano, o Centro Acadêmico Livre de Antropologia UFSC (CALANT) e a Coordenação do Curso de Pedagogia UFSC, emitiram notas de repúdio referente à escrita de frases transfóbicas nas paredes dos banheiros femininos do CED. Certamente não é a primeira vez que este tipo de manifestação acontece no CED, mas é primeira vez que reações mais efusivas à elas acontecem, talvez por termos no curso a presença de corpos indesejados por grupos racistas e LGBTQIA+fóbicos: corpos trans, corpos não heteronormativos, corpos negros, corpos indígenas, corpos quilombolas.

Em suas notas de repúdio, o CALANT pede para instâncias como o Diretório Central dos Estudantes Luís Travassos (DCE) da UFSC e outros órgãos superiores da Universidade que haja políticas de inclusão e permanência para a população trans e travestis. Já, segundo a nota emitida, a coordenação do Curso de Pedagogia fez o registro de maneira protocolada e institucional como crime que se equipara a tipificação penal do racismo, conforme o artigo 20 do Código Penal, conforme entendimento sumulado do STF. No segundo semestre de 2022, um crime de racismo foi praticado no mesmo banheiro, desta vez com escritos dirigidos nominalmente a uma estudante negra quilombola. Uma mulher negra.

Refiro-me a estes dois episódios específicos, de racismo e de transfobia, ocorridos no último ano de minha formação, entendendo-os como provocações, no sentido de insulto, ofensa e afronta que, se por um lado indica o avanço do conservadorismo extremo, por outro mostra que há ações na direção contrária, fazendo com que pessoas LGBTQIA+, negras e indígenas ocupem seus lugares na universidade pública. Este conjunto de situações evidencia a necessidade de avançarmos do ponto de vista do currículo, na direção de uma formação inicial que possibilite problematizá-las e enfrentá-las.

Esses relatos nos provocam a pensar nos corpos e paredes que falam pela simples presença ou pela ausência e silenciamento, como foi o caso dos lambes. Mesmo aquilo que não é falado através de conteúdos ou de maneira acadêmica, perpassa o espaço, seja em conversas cotidianas com os amigos/as, num diálogo fora de sala com nossos professores/as, em eventos, em assembleias, em paredes, em muros... A temática está ali, presente e pulsante!

E é nesse espaço de formação de futuras/os professoras/es que precisamos iniciar o diálogo e a discussão com o campo dos estudos de gênero e de sexualidade, já que estes fazem parte do chão da escola e são evidenciados por meio de ações cotidianas, conflitos,

dúvidas dos/as estudantes e de professoras/es, sejam elas relacionadas aos conteúdos ou temáticas como estas que encontramos nas paredes, na televisão, nos meios de comunicação digital e nas vivências do cotidiano. Como podemos nos preparar para lidar com tudo isso de maneira ética, respeitosa e crítica? Como sentirmo-nos minimamente em condições para acolher as tantas situações que pulsam/pululam na escola sobre gênero e sexualidade? Além desses e tantos outros questionamentos possíveis, os movimentos conservadores que tentam impedir que a escola avance nas formas de trabalhar com a referida temática, tornam cada vez mais necessária a interlocução da formação docente com o campo de estudos sobre gênero e sexualidade, composto por uma variedade de pesquisas e de análises.

1.3 O Curso de Pedagogia da UFSC e o problema da pesquisa

Interessa-me assinalar que a Pedagogia, enquanto curso de licenciatura que habilita para a docência com crianças, é historicamente composto por uma maioria de mulheres, tanto em seu corpo discente, quanto docente. Esse processo, chamado de feminização do magistério, vem sendo estudado no Brasil pelo campo da formação de professores/as, em intersecção com os estudos de gênero, numa perspectiva de pensar a profissão docente, mas ainda sem o avanço necessário para tematizar a complexidade das relações de gênero e a sexualidade no âmbito do processo formativo como um todo.

Em relação à Pedagogia da UFSC, os números evidenciam essa marca histórica de gênero. A partir de dados extraídos do CAGR, a coordenação do Curso de Pedagogia elaborou um relatório⁴ sobre o perfil dos/as estudantes para fins de acompanhamento das suas diferentes trajetórias. Segundo este material, no segundo semestre de 2022, existem 440 estudantes matriculadas/os e ativos. Desses, 395 são mulheres e 45 são homens. No entanto, os dados dos formulários do sistema não possibilitam a geração de dados sobre estudantes trans e não binários. Segundo informações obtidas na Coordenação do Curso, atualmente há quatro estudantes trans. Entre as mulheres matriculadas, não há informações sobre quantas delas são mães, por exemplo. Em relação às questões étnico-raciais, 331 estudantes se declaram brancas/os, 91 se declaram como pretos e pardos, 5 se declaram amarelos, 8 não têm declaração em relação à raça/cor e somente 4 como indígenas.

⁴ Trata-se do Relatório nº 1, que integra o “Projeto Pedagógico para Assistência e Permanência dos estudantes da UFSC: Por dentro das trajetórias dos estudantes do Curso de Pedagogia”, produzido por Camila Araújo e Patrícia Lima em 2022.2.

Conforme levantamento realizado por Pereira (2021), o Curso de Pedagogia da UFSC está entre os 64 cursos de instituições públicas da região sul, situados em 46 municípios, distribuídos em 25 instituições de categorias administrativas federal, estadual e municipal. Em Santa Catarina, o total é de 12 cursos, sendo 1 em instituição municipal, 9 em instituições federais – IFSC, IFC e UFSC – e 2 na universidade estadual. É importante ressaltar que a contagem dos cursos leva em consideração a oferta por turno. Assim, a UDESC, por exemplo, contabiliza dois cursos, um matutino e um vespertino. No caso da UFSC, há apenas um curso localizado no campus central, em Florianópolis, no turno vespertino.

Desde o seu surgimento o Curso de Pedagogia da UFSC vem assumindo seu compromisso com o caráter público da educação no Estado de Santa Catarina. Segundo consta Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPPCP) vigente, aprovado em 2008, o curso nasceu vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no ano de 1960, sendo o primeiro do Estado, integrando o conjunto das seis faculdades existentes na época: Direito, Farmácia, Odontologia, Medicina, Engenharia, Serviço Social e Filosofia. No entanto, seu reconhecimento data de 05 de fevereiro de 1975, pelo parecer nº445, do Conselho Federal de Educação, seguido do Decreto da Presidência Nº75.590, de 10 de abril de 1975.

O PPPCP explicita o seu compromisso e o da universidade pública para com um processo formativo que propicie o fortalecimento das escolas públicas, gratuitas e de qualidade para a construção de uma sociedade justa. Diante disso, a matriz curricular do curso está organizada em três eixos, sendo eles: 1) Educação e Infância; 2) Organização dos Processos Educativos; 3) Pesquisa.

Como já mencionamos, o atual PPPCP foi aprovado em 2008 e teve a primeira turma desta nova matriz curricular no primeiro semestre de 2009. Em 2019 foi aprovada uma atualização do PPPCP pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE)⁵ com adaptações na matriz curricular, as quais foram submetidas também ao Colegiado do Curso, com a previsão de implantação gradativa do ‘novo’ currículo no segundo semestre de 2020, o que acabou sendo inviabilizado pela pandemia. Vale ressaltar que no período da construção do ajuste, foi

⁵ Órgão consultivo responsável pela formulação, implementação, avaliação e pelo desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, de acordo com a [Portaria 233 PREG, de 25 de agosto de 2010](#). É responsável também por zelar pela sua adequação contínua às demandas. Ele tem um caráter **consultivo, propositivo e executivo** em matéria acadêmica. Definição retirada de <<https://apoiocoordenadoriascursosgraduacao.paginas.ufsc.br/nde/>> vide bibliografia.

lançada a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada de professores/as, as quais foram consideradas no processo.

Neste contexto e levando em conta a inexistência de uma disciplina de caráter obrigatório sobre a temática, perguntamo-nos: De que modo podemos evidenciar ou não a presença da discussão sobre gênero e sexualidade no currículo do Curso de Pedagogia da UFSC? E, em caso de estar em algumas disciplinas, como a temática se apresenta? Estas são **as questões orientadoras para este TCC**, as quais tentaremos responder, com o propósito de colocar em evidência a dinâmica curricular do curso e as disputas que se desenham, afastando-nos da pretensão de produzir uma verdade sobre o lugar do gênero e da sexualidade no referido curso.

O estudo tem como **objetivo**: investigar de que modo gênero e sexualidade perpassam o currículo do Curso de Pedagogia da UFSC, atualizado pelo ajuste curricular implantado a partir de 2021. **Os objetivos específicos** são: a) Levantar estudos já realizados acerca da temática; b) Aprofundar estudos sobre as categorias gênero e sexualidade; c) Mapear e estudar os documentos curriculares do curso de Pedagogia da UFSC; d) Analisar textos legais que estabelecem diretrizes curriculares para formação em Pedagogia.

1.4 Percurso metodológico

Na direção dos objetivos traçados, os materiais a serem analisados serão construídos com base na análise dos documentos: Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPPCP); matriz curricular e os programas das disciplinas. Além disso, examinaremos documentos que estabelecem as diretrizes para o Curso de Pedagogia e para a formação inicial e continuada de professores/as.

De acordo com José Luís Neves (1996), trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, a qual se caracteriza pela compreensão dos processos sociais envolvendo o problema de investigação em seu contexto maior. A pesquisa qualitativa possibilita diferentes tipos de abordagens e escolhas metodológicas, sendo uma delas a análise documental. Isto não significa que haja uma hierarquização entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, pois ambas devem estar em consonância com os objetivos pretendidos e podem se complementar, apesar de seus percursos serem diferentes.

De acordo com Augusto Nivaldo Silva Triviños (1987), a análise documental se caracteriza por ser um estudo descritivo, com intuito de analisar diferentes documentos que

ainda não tiveram um tratamento analítico, sob um olhar crítico e aprofundado, visando um determinando objetivo. O autor explica que por meio da análise documental, o/a pesquisador/a poderá reunir e compreender uma vasta quantidade de informações sobre as leis, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros-texto, entre outras questões de interesse.

Fica evidente a importância da análise documental para o entendimento dos diversos tipos de documentos, através da utilização de técnicas de seleção, análise e interpretação daquilo que foi selecionado. Nessa direção, esta pesquisa foi realizada nas seguintes etapas: 1) Seleção de documentos legais que estabelecem as diretrizes curriculares para a formação em Pedagogia. Para fins de cruzamento de informações, nesta etapa realizei um estudo dos seguintes documentos: a) Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de Maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia; b) Resolução CNE/CP nº 2, de 1 Julho de 2015, que estabelece as diretrizes curriculares para a formação inicial em nível superior e continuada de professores/as; c) Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de Julho de 2019; d) Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de Dezembro de 2019, que tem como finalidade definir as Diretrizes Curriculares Nacionais e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores/as para a Educação Básica, revogando a Resolução CNE/CP Nº2, DE 1 DE JULHO DE 2015.

Na segunda, debruçei-me sobre os documentos específicos do Curso de Pedagogia da UFSC: 1) Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPPC); 2) Programas das disciplinas que constituem o currículo. As informações foram sistematizadas em quadros elaborados na ferramenta Word, reunindo dados como fase da oferta da disciplina, tipo (obrigatória, optativa o NADE), como aparece gênero e/ou sexualidade. Em que parte do programa (ementa, objetivos, conteúdos, leituras) além outros aspectos relevantes (se necessário).

Feitas estas exposições iniciais sobre o trabalho, na próxima seção passarei a apresentar as principais noções, conceitos e discussões que darão sustentação ao estudo aqui apresentado. Por meio da articulação entre os estudos de gênero e da sexualidade com a formação docente e a Pedagogia sustentarei minhas análises. Na seção 3, esboçarei análises sobre o currículo de Pedagogia da UFSC, buscando identificar avanços, continuidades, silenciamentos e fragilidades no tratamento dado ao gênero e à sexualidade. Por fim, apresentarei as provocações finais que foram potencializadas pelo estudo realizado, seguidas da bibliografia utilizada ao longo do texto.

2 GÊNERO, SEXUALIDADE, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

No processo de escrita deste TCC, lancei mão de um conjunto de conceitos e noções os quais me possibilitaram operar teórico-metodologicamente com a temática e o problema formulados acerca do gênero e da sexualidade na formação em Pedagogia.

Para esta escrita realizei movimentos de revisitação de textos lidos e estudados em disciplinas cursadas, ao mesmo tempo em que busquei conhecer outros/as autores/as. Precisei ler e estudar sobre a formação de professores/as e suas diretrizes pensando as especificidades do Curso de Pedagogia.

2.1 Gênero e sexualidade na educação

Guacira Lopes Louro (1997), apresenta discussões de grande relevância ao trazer para dentro do debate educacional as relações de gênero e a sexualidade. A autora disserta sobre gênero e sexualidade como construções sociais que tem a escola como agente normalizador de padrões, destaca que é por meio de seus currículos, da sua arquitetura, das suas práticas de sociabilidade e das relações que se estabelecem dentro dela e que são pautadas na distinção social entre sexos. Segundo a autora:

O espaço escolar é, privilegiamente um espaço de símbolos, de convenções, de regulamentos. Na escola, a disposição física dos indivíduos, os lugares permitidos e proibidos, as falas e os silenciamentos vão, pouco a pouco, permitindo que meninos e meninas, jovens, homens e mulheres aprendam seus distintos lugares sociais - como sujeitos masculinos e femininos, como brancos ou brancas, negros e negras, descendentes de índios ou de migrantes, como ricos ou pobres. (LOURO, 2001, p.70)

Ao entendermos gênero como algo que é construído socialmente, não como mera definição biológica, baseada exclusivamente na genitália masculina ou feminina, entendemos que as instituições sociais têm papel fundamental nessa produção, sendo a escola uma dessas instituições, "encarregada da formação de indivíduos" (LOURO, 2001 p.70).

Louro (1997) destaca as contribuições do movimento feminista para as análises educacionais. Segundo ela, o feminismo datado do século XIX (chamado de primeira onda), surgiu como um movimento organizado marcado primeiramente pelo "sufragismo", que tinha alguns objetivos "ligados aos interesses das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de certa acomodação no movimento" (LOURO, 1997, p.14). No final da década de 1960, o movimento reconhecido como a "segunda onda agrega-se a preocupações referentes às "construções

propriamente teóricas.” (LOURO, 1997, p.14), tematizando questões políticas e sociais que o acompanham desde o seu surgimento. A partir disso, começa-se, então, a problematização do conceito de gênero.

Como se pode observar, o feminismo foi construído aos poucos, principalmente suas questões teóricas, tendo participação de “estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas” (LOURO, 1997, p.14). Segundo Maria Inês Sucupira Stamatto (2002), através deste movimento, o feminismo busca a equidade social, pois ao observar nossa linha histórica em relação à diferenciação do tratamento entre homens e mulheres, vemos que em diversas áreas, principalmente na educação, havia uma vasta exclusão das mulheres, pois por muito tempo a educação se concentrou nas mãos de homens detentores de poder, desde a época da colonização, onde a mesma estava sendo influenciada e comandada pelas mãos da Igreja,

Alexandre Bortolini (2011), observa que as tarefas tidas como masculinas e femininas eram [e ainda são] definidas pela sociedade, onde as mulheres ficavam excluídas do sistema escolar, pois ao olhar do colonizador não havia a necessidade da integração dentro do sistema, já que as mesmas estavam destinadas às atividades do lar. Portanto, é preciso entender que gênero é uma noção relacional (Louro 1997), ou seja, que se processa nas relações que se processam entre o masculino e o feminino. Conforme Bortolini (2011, p.29)

falar sobre gênero não significa falar "de mulher", mas questionar as maneiras como socialmente construímos as categorias "mulher" e "homem". Pensar sobre gênero é pensar necessariamente sobre essas relações, marcadamente culturais e históricas, não negando a materialidade dos corpos, mas entendendo que esses corpos só são inteligíveis (compreensíveis) a partir de processos de significação culturalmente, historicamente e politicamente construídos.

Mais que isso, para Louro (2001, p. 70) “importa observar não exatamente seus sexos, mas sim, tudo que socialmente se construiu sobre os sexos”. Na mesma direção, a sexualidade, diz respeito à maneira que vivenciamos socialmente nossos desejos e também nossos prazeres. Dessa forma, entende-se que “homens e mulheres não deixam de ser masculinos ou femininos apenas porque exercem sua sexualidade com parceiros e parceiras do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sozinhos/as” (LOURO, 2001, p.71). Gênero e sexualidade são, pois, conceitos interconectados, uma vez que os modos como vivemos os nossos prazeres depende, de alguma forma, das nossas inscrições de gênero. Neste sentido, entendemos que gênero e sexualidade são adotados como critérios de aceitação, rejeição, valorização etc., posicionando socialmente os sujeitos. Louro explica que

a produção e a reprodução das desigualdades sociais não se fazem, apenas, através de formas explícitas de discriminação, de regras, ou de discursos. Gestos e palavras banais, atitudes esquivas, omissão e silenciamento também podem permitir, por exemplo, que crianças e jovens se construam como homens e mulheres sexistas ou racistas (LOURO, 2011, p. 72)

Neste sentido, entendemos que instituições como a família, a igreja, o estado e a escola estão fortemente implicadas na produção desse sujeito. Considerando a importância da escola, entendo que a formação docente tem um papel fundamental na desconstrução e problematização do preconceito e discriminação de gênero, sexualidade, raça, etnia, etc. Helena Altmann (2013) explica que a cada tempo as intervenções escolares acerca do gênero e da sexualidade têm focos de atenção variados, segundo ela

Em outros momentos históricos, teve como atenção diferentes temas, como o onanismo, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), a aids, as relações de gênero e a gravidez. Assim, argumento aqui no sentido de mostrar que as demandas depositadas sobre a educação, no que se refere às temáticas ligadas à sexualidade, variam, modificando também suas implicações para a formação docente (ALTMANN, 2013, p.71)

Dito isso, pode-se então pensar a escola como um espaço que já trabalha a temática da sexualidade, porém por muitas vezes isto é feito na perspectiva biológica e não a partir das relações de prazeres e desejos, como é conceituada por (LOURO, 2001). Devemos estar atentos às demandas atuais e suas urgências, para assim, ir além dessas perspectivas da sexualidade como algo biológico, de prevenção e higienização.

A escola é uma forma fundamental de promoção da igualdade de direitos. Para que cumpra esta função, o respeito à diversidade sexual é ali imprescindível, caso contrário, ela instaura práticas discriminatórias e heteronormativas que excluem ou invisibilizam diferenças (ALTMANN, 2013, p.77)

Dessa maneira, a primeira instância a ser repensada para que haja essa mudança de perspectiva e debate, são as universidades, pois é através das mesmas que são oferecidos cursos de Licenciatura para esses/as futuros/as professores/as. “Diferentemente do ensino escolar, as universidades são dotadas de maior autonomia, inclusive no que se refere ao conhecimento. A autonomia universitária propicia tanto a inclusão quanto a ausência desses temas nos seus currículos.” (ALTMANN, 2013, p. 79)

Em nossa sociedade há um forte interesse dos conversadores em relação à educação. Através da imposição de uma moralidade, bons valores e obediência, tentam silenciar estudos, debates e reflexões acerca de temas essenciais, como por exemplo, gênero e sexualidade:

As ofensivas conservadoras buscam, sob o manto de defesa da família, manter a “escola no armário” e “amordaçar professores e professoras”. No entanto,

compreendemos que o campo das políticas públicas educacionais é também espaço tempo de disputas e, portanto, de paradoxos em seus processos de implementação e que, portanto, não são simplesmente determinativas dos fazeres cotidianos escolares. (AMARO, 2020, p. 13)

Amaro (2020) nos sinaliza o quão importante são os estudos acerca dessa temática na educação, tanto na formação de professores/as (inicial e continuada), quanto dentro das escolas, já que são espaços que perpassam o âmbito social e político, considerando que “o cotidiano escolar é espaço tempo de construir a luta contra o ódio, contra o preconceito, contra a discriminação, contra a violência.” (AMARO, 2020, p.13). Para ele, a educação precisa ser palco de lutas e movimentos políticos que tornem não apenas o espaço escolar, mas a sociedade como um todo, minimamente engajados na proteção e valorização da diversidade.

2.2 A formação de professores/as os estudos de gênero e de sexualidade

A formação de professores/as, para além de ser um tema importante, constitui-se num campo de estudos específico no Brasil, que se consolidou após o regime ditatorial militar, com o objetivo de analisar diferentes dimensões teóricas, práticas e políticas de formação de professores/as.

Ao longo desse processo, o campo tem realizado importantes análises da formação e trabalho pedagógico, valorização profissional, condições para o exercício da docência, importância da pesquisa na formação e atuação docente, competências pedagógicas para a docência, identidade docentes, feminização do magistério e outros. Embora a feminização do magistério esteja entre as discussões realizadas, gênero e sexualidade não ganharam a devida relevância, principalmente em relação às especificidades do curso de Pedagogia, considerado um curso feminino, que habilita para a docência com crianças.

Aspectos relacionados à formação do/da Pedagogo/a ao cuidado e zelo materno com crianças, atribuindo ao Curso de Pedagogia uma característica feminina, vêm sendo discutidos pelo campo, porém, outras abordagens dos estudos de gênero e de sexualidade, não tem ocupado um lugar tão importante quanto deveriam na formação de professores/as.

Dal’Igna, Scherer, Cruz (2017), em suas análises de produção acadêmica sobre gênero e sexualidade na formação de professores/as da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED) nos últimos anos, evidenciam um crescimento dos estudos sobre a temática, sendo a maioria deles vinculados ao Grupo de Trabalho (GT)23, que discute gênero e sexualidade e educação e um número menor vinculado ao GT 8, sobre

formação de professores/as. As/os autoras observam que

mesmo que possa ser visível a ampliação de conhecimentos, a reflexão e os debates em torno das temáticas de gênero e sexualidade, não devemos entender esses movimentos como garantia de mudanças definitivas dos comportamentos discriminatórios que ocorrem na escola e na universidade com os diferentes sujeitos envolvidos. (Dal’Igna, Scherer, Cruz, 2017).

Tais análises sugerem maior presença das discussões sobre as relações de gênero nos trabalhos acadêmicos do que a sexualidade, embora muitas vezes as abordagens sobre a sexualidade nas escolas sejam mais difíceis para professores/as, principalmente quando dizem respeito às crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais, sem falar que gênero e sexualidade são categorias interrelacionadas.

2.3 Questões de currículo...

Uma das questões centrais para pensarmos gênero e sexualidade na formação docente é o currículo. Para Tomaz Tadeu da Silva (2004), o currículo é sempre o resultado de uma seleção. A partir de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo.

Na mesma direção, Marisa Vorraber Costa (2001), afirma que o currículo e seus componentes constituem um conjunto articulado e normatizado de saberes regidos por determinada ordem, “estabelecida em uma arena em que estão em luta visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas, significados sobre as coisas e seres do mundo” (p. 41).

A partir de suas compreensões de currículo, Silva (2004) e Costa (2001) enfatizam que o importante é perguntarmos, questionarmos sobre esta seleção que configura o currículo e as relações de poder que se estabelecem nela. Nesta direção, é fundamental conhecermos as políticas curriculares que estabelecem as normativas para o currículo, seja ela para a educação básica ou para o ensino superior, afinal, elas são o ponto de partida de qualquer organização de currículo.

Desse modo, entendo que o currículo do Curso de Pedagogia analisado neste TCC, é resultado de um conjunto de forças que envolvem as diretrizes curriculares para a formação inicial, os grupos envolvidos na produção dos documentos institucionais, os interesses políticos e demandas sociais, inclusive de estudantes e da comunidade universitária.

De qualquer forma, seja pela presença do gênero e sexualidade, seja pela ausência,

“o currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero” (Silva, 2004, p. 97).

2.4 Gênero, sexualidade e a formação em Pedagogia

Bortolini (2011), frisa a importância de discutir sobre diversidade dentro do espaço escolar, pois, somente a partir disso, é possível instigar a reflexão e a construção de um olhar crítico. Para ele, essa temática prenuncia um compromisso político com os desafios encontrados na escola, reflexo de uma sociedade construída em cima de preconceitos e desigualdades.

Sabemos que a licenciatura em Pedagogia habilita para a atuação pedagógica, seja como docente, seja pedagoga/o, gestor/ar etc de instituições educativas voltadas majoritariamente às crianças. Há, portanto, um compromisso inerente aos cursos de Pedagogia na defesa dos direitos das crianças à vida, à saúde, à liberdade, à dignidade, ao respeito como dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996, a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais requer formação específica em Pedagogia ou em nível técnico, com o Curso Normal. Assim, o principal público alvo da formação em Pedagogia são as crianças, que por sua vez são também as maiores vítimas de violências de gênero e sexuais no Brasil.

Conforme dados extraídos do Anuário de Segurança Pública de 2022, crianças e adolescentes de até 13 anos – meninas e meninos – são as maiores vítimas de estupro de vulnerável no Brasil. Trata-se de um público em idade escolar, com o qual a escola precisa aprender a lidar, acolhendo suas denúncias e tomando as medidas necessárias. Além disso, a escola é um dos espaços sociais onde violências, como maus tratos emocionais relacionados às questões de gênero e orientação sexual são manifestadas cotidianamente, sendo por estudantes em sua grande maioria, mas também relatadas por professores/as.

Jane Felipe (2019), destaca que é papel da universidade pública formar professores/as capazes de operar neste contexto social, no sentido de informar para proteger e preservar direitos, já que o ambiente escolar pode ser o espaço que escuta as crianças e adolescentes, para assim manifestarem suas dúvidas, angústias e sofrimentos, muitas vezes provenientes de violências que não raras vezes acontecem dentro de suas casas e são

praticadas por familiares ou pessoas conhecidas da família. Segundo as estatísticas⁶, mais de a metade dos abusos contra crianças acontecem dentro de casa e são perpetrados por familiares ou conhecidos. Estas informações possibilitam questionarmos a compreensão equivocada e conservadora de que cabe exclusivamente à família tratar sobre gênero e sexualidade com as crianças, ao mesmo tempo em que nos serve de alerta sobre a necessidade de um conjunto de políticas efetivas para enfrentamento dessas violências, entre elas, a formação de professores/as.

Dessa maneira, a formação consistente sobre relações de gênero e a sexualidade no Curso de Pedagogia é fundamental para a defesa dos direitos das crianças e dos direitos humanos, de modo a desconstruir o legado sexista e heteronormativo que servem de sustentáculo para opressões, constrangimentos, maus tratos emocionais, agressões corporais e até mesmo para a morte. Além disso, ressaltamos que muitas vezes professores/as e profissionais da educação que não se encaixam nos padrões sexistas e heteronormativos também estão entre as vítimas de tais violências.

⁶ Em relação ao perfil dos criminosos são ao total 95,4% homens conhecidos da vítima, sendo essa porcentagem subdividida entre: 40,8% (pais/padrastos), 37,2% irmãos/primos/outro e 8,7% (avós). Estáticas retiradas de < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>> vide bibliografia.

3 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS – ENSAIANDO ANÁLISES

A pesquisa realizada foi composta por duas etapas. Na primeira dediquei-me à leitura e estudo dos documentos que estabelecem as normativas para formação de professores/as em nível nacional. Na segunda me detive aos documentos específicos do Curso de Pedagogia da UFSC.

Seguindo esta mesma ordem, apresentarei nesta seção os achados deste processo, tentando articular com discussões de autores/as, no sentido de contribuir para pensarmos acerca das questões pertinentes ao TCC.

3.1 Gênero e sexualidade em documentos curriculares nacionais para a formação docente

Se compreendemos o currículo como resultado de uma seleção de saberes e de conhecimentos, datado historicamente, Silva (2004), é importante nos perguntarmos sobre os fatores determinantes e os jogos de força movimentados nessas ‘escolhas’.

Quando falamos em gênero e sexualidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores/as para Educação Básica, voltadas para as licenciaturas ou das diretrizes específicas para o Curso de Pedagogia, visualizamos uma linha de tempo iniciada em 2006 até o ano de 2019. Antes deste interstício temporal, gênero e sexualidade não fizeram parte de documentos curriculares para a formação docente, apesar de estarem presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), significando, assim, uma ausência completa da temática nos textos oficiais.

Alinhada aos objetivos da pesquisa que se propôs a analisar de que modo gênero e sexualidade perpassam o currículo do Curso de Pedagogia da nossa universidade, me detive em três documentos específicos da política curricular para a formação docente que dão sustentação à atual configuração dos currículos existentes. São eles:

- 1) **Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- 2) **Resolução CNE/CP n° 2 de 1° de julho de 2015**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior para cursos de licenciatura, cursos de

formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada;

3) **Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019**, que revoga a resolução anterior e estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores/as para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores/as da Educação Básica (BNC-Formação).

Seguindo a ordem cronológica, a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, em vigência, dispõe das diretrizes curriculares nacionais específicas para os Cursos de Pedagogia. O documento foi fundamentado no Parecer CNE/CP nº 5 de 2005, e constitui-se numa revisão deste parecer. Nesta resolução, gênero é explicitado rapidamente, juntamente com outras categorias, no Artigo 5, inciso X, que trata do perfil de egressas/os do referido curso:

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros , faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais , entre outras (BRASIL, 2006 – grifos meus)
--

Ivan Amaro (2020), ao analisar as relações de gênero e a sexualidade nos documentos curriculares nacionais, observa que o Parecer CNE/CP nº5/2005, que serviu de base para a Resolução de 2006, foi um dos primeiros a apresentar a palavra gênero no seu texto, representando avanços diante dos documentos que o antecederam. Anteriormente, a Resolução CNE/CP nº 9, de 2001, tratou basicamente das competências e aprendizagens dos/as estudantes, deixando silenciados temas presentes no âmbito social, como gênero e sexualidade. Porém, mesmo que a atual Resolução pareça um grande movimento de mudança, Amaro (2020, p. 09) destaca que o seu texto não incorporou orientações presentes no Parecer de 2005, para que o currículo pudesse aprofundar os conhecimentos sobre gênero e sexualidade. Nota-se, ainda, que o termo “escolhas sexuais”, ao invés de orientação ou diversidade sexual, presente na única passagem em que a temática é visibilizada na Resolução de 2006, está desalinhado às perspectivas de análise sobre sexualidade.

Tais aspectos evidenciam as disputas que envolvem a temática no campo do currículo desde aquele momento, período que coincidentemente (ou não) emergia ao redor do mundo movimentos conservadores religiosos e políticos que alertavam para a existência de uma suposta “ideologia de gênero” nas escolas que precisaria ser travada, para a preservação das famílias tradicionais (Junqueira, 2018).

Já a Resolução CNE/CP nº 2, de 02 de julho de 2015, normatiza a organização curricular de todos os cursos de licenciatura, incluindo a Pedagogia. No documento gênero e diversidade sexual são explicitados em diferentes passagens, representando um avanço significativo para uma educação mais democrática, pautada na equidade e na luta pelos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+.

No Capítulo I, que trata das disposições gerais, no parágrafo 6º, inciso VI, fica estabelecido que o projeto formativo deve contemplar:

VI - As questões socioambientais, éticas, estéticas e **relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional e sociocultural **como princípios de equidade** (BRASIL, 2015 – grifos meus)

No Capítulo IV, que discorre sobre **a estrutura e o currículo da formação inicial do magistério da educação básica em nível superior** [grifo meu], gênero e sexualidade são bem demarcados, como se pode observar no fragmento a seguir:

§ 2º Os cursos de formação **deverão garantir nos currículos** conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, **direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2015- grifos meus)

Nota-se uma nítida posição acerca de temas interseccionais ao gênero e à sexualidade, tais como direitos humanos, diversidade étnico-racial, direitos educacionais de adolescentes e jovens, geração e outros. Para Amaro (2020, p. 11), “as referências aos termos gênero, sexualidade, identidade de gênero emergem com força relevante para a formação de docentes que sejam capazes de enfrentar assuntos contemporâneos e tão presentes no cotidiano das pessoas.”.

Pereira (2021) argumenta que esta resolução ‘oficializou’ a necessidade do gênero, da sexualidade, da raça, da etnia e de outros temas nos currículos de formação de professores e professoras. Para a autora, a resolução de 2015 possibilitou avançar na implantação de disciplinas sobre raça e etnia na formação docente, após 12 anos da Lei 10.639 (2003) e sete anos da Lei 11.645 (2008). Até então, havia uma discrepância, já que o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, obrigatório na Educação Básica, não era pautado na formação docente inicial. Segundo a autora, o fato de gênero e sexualidade não serem temas obrigatórios na Educação Básica, acabou por posicioná-los periféricamente nos currículos dos cursos de licenciatura, quando não estão ausentes. Além disso, a escalada

antigênero, via movimentos como o Escola Sem Partido, ocorrido no Brasil, promoveu retrocessos nas políticas educacionais brasileiras, principalmente nos currículos.

Outro ponto importante de destacar, é que essas Resoluções que trazem gênero e sexualidade para dentro da formação docente foram elaboradas e entraram em vigor durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff, respectivamente, atendendo uma parte das demandas apresentadas por movimentos sociais LGBTQIA+.

No ano de 2019, outras duas Resoluções foram lançadas pelo presidente Jair Messias Bolsonaro. A de nº 1, publicada em 6 de julho, apenas estendeu o prazo para a adequação dos currículos à Resolução de 2015. Já a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro do mesmo ano, substituiu e revogou na íntegra a Resolução de 2015, assegurando aos/às estudantes que ingressaram nos cursos de licenciatura durante a vigência da resolução de 2015 o direito de permanecer sob a mesma orientação curricular.

Ao analisarmos a Resolução de nº 2/2019, fica nítido o silenciamento referente às temáticas de gênero e sexualidade. No Artigo 8, que trata dos fundamentos pedagógicos para a Formação Inicial de Professores/as do Ensino Básico, o inciso VIII configura-se num dos raros lugares onde a diversidade é explícita, a partir de uma perspectiva formativa em tom gerencialista, referindo-se à ela de forma vaga, como se pode observar a seguir:

compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 2019)
--

O documento faz referência aos direitos humanos e a diversidade de grupos humanos e de indivíduos, sendo esta a única via de uma possível entrada do gênero e da sexualidade, muitas vezes na condição de ‘reféns’ da vontade política e dos interesses das instituições, o que resultaria numa abordagem superficial da temática. Fazendo uma busca, não identifiquei as palavras gênero e sexualidade (ou orientação sexual) na referida resolução.

A resolução estipula um prazo de dois anos, a contar da data de sua publicação, para a adequação dos cursos de licenciatura. Contudo, muitos cursos de Pedagogia não se mobilizaram para realizar as alterações indicadas por esta resolução, optando por seguir a resolução específica do curso que está em vigor. No escopo desta resolução, estava em curso um novo documento com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia

alinhadas ao projeto formativo do atual governo, **o que provavelmente não se consolidará após a sua derrota na tentativa de reeleição.**

3.2 Gênero e sexualidade nos documentos do Curso de Pedagogia da UFSC

Se compreendemos o currículo como resultado de uma seleção arbitrária de saberes e de conhecimentos, datados historicamente, Silva (2004), é importante nos perguntarmos sobre os fatores determinantes e os jogos de força movimentados nessas ‘escolhas’.

O primeiro movimento necessário para a identificação do gênero e da sexualidade no currículo do Curso de Pedagogia consistiu-se em compreender a sua organização curricular, por meio do PPPCP, atualizado em 2020.

De acordo com o documento (2020, p. 59)

O egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia será *Professor* [grifo do documento], entendido como o profissional que atuará, sob determinadas condições históricas, no campo epistemológico, político-educacional, didático-metodológico, considerando as relações entre sociedade e educação. Poderá atuar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil e em coordenação de atividades educacionais. O compromisso central do Pedagogo formado na UFSC é com a escola pública de qualidade, que permite o acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade por parte da população que frequenta (sic) a escola pública.

O perfil da/o egressa/o posto no PPPCP oferece pistas sobre alguns aspectos acerca do gênero e da sexualidade, chamando a atenção para a predominância de uma linguagem masculina hegemônica na forma da escrita. Soares (2017), ao analisar o Projeto Pedagógico do Curso, antes da última atualização, pontuou as marcas de gênero materializadas no texto escrito, sempre na forma hegemônica da língua, ou seja, no masculino, apesar de se tratar de um curso composto por uma grande maioria de mulheres e de ter mais recentemente, o ingresso de estudantes trans e não binários. Outro aspecto que chama a atenção é a ausência no perfil da/o egressa/o de qualquer referência a temas sociais que perpassam a formação. De certo modo, o texto possibilita visualizar a trajetória histórica do Curso. A compreensão do currículo como uma construção social, histórica e cultural (Moreira, 2011), nos ajuda a pensar que talvez alguns temas como relações étnico-raciais, gênero, sexualidade e outros não estivessem tão candentes no interior do curso na época da escrita da primeira versão deste documento quanto estão hoje.

O Curso é presencial e oferta 100 vagas por ano, sendo 50 em cada semestre. A duração é de 9 semestres e totaliza 4.128 horas/aula (h/a) de formação, dispostas em 49 disciplinas, com a exigência do cumprimento de 72 h/a de disciplinas optativas, 108h/a de NADE e 240 h/a de atividades de cunho técnico-científico e artístico (ATCA). Ao longo do processo. No quadro a seguir, extraído do PPPCP, pode-se visualizar as mudanças em relação à estrutura anterior, de 2008:

7 INTEGRALIZAÇÃO DA NOVA PROPOSTA CURRICULAR

Quadro 1- Comparativo dos dados gerais de identificação do Curso entre a matriz curricular de 2009.1 e a proposta de adaptação em 2020

Dados	CPe em vigor (PPPC, 2008)	CPe com as adaptações em 2020
Nome	Curso de graduação em Pedagogia	Curso de graduação em Pedagogia
Titulação	Licenciatura	Licenciatura
Modalidade	Presencial	Presencial
Turno da oferta	Vespertino	Vespertino
Vagas ofertadas	100 (50 por semestre)	100 (50 por semestre)
Duração do Curso	9 Semestres	9 semestres
Período min. para conclusão do curso	6 semestres ³²	9 semestres
Período máx. para conclusão do curso	14 semestres ³³	17 semestres
Nº de aulas semanais	13 créditos no mínimo 30 créditos no máximo	13 créditos no mínimo 30 créditos no máximo
Créditos	215	216
Quantidade de disciplinas	52	49
Carga horária de disc. OPT	72h/a no mínimo	72h/a no mínimo
Carga horária de NADE	108 h/a (dois NADE, no mínimo, ao longo do curso)	108 h/a (dois NADE, no mínimo, ao longo do curso)
Carga horária de PCC	446 h/a	488 h/a (406,66 horas)
Carga horária de estágio obrigatório	432 h/a (360 horas)	504 h/a (420 horas)
Carga horária de ATCA	108 h/a	240h/a (200 horas)
Carga horária total do Curso	3.870h/a (3.225 horas)	4.128 h/a (3.440 horas)

Quadro 1 – Integralização da nova proposta curricular. Fonte: PPPCP

Segundo o documento, a matriz curricular tem a docência para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental como ponto de partida, sem desconsiderar necessidades e particularidades educativas dos diferentes sujeitos atendidos na escola, entre eles jovens e adultos inseridos nos processos de escolarização inicial e as questões étnico-raciais. Não menção ao gênero e à sexualidade no documento, exceto em algumas disciplinas.

Utilizando as ferramentas de busca das palavras gênero, sexualidade, orientação sexual, diversidade sexual e outras, como patriarcado e feminismo, identificamos algumas delas num pequeno grupo de disciplinas, evidenciando a ausência da temática de forma mais orgânica no PPPCP e entre os focos da formação para a docência com crianças.

3.2.1 Gênero e sexualidade nas disciplinas do Curso de Pedagogia

Além da lista de disciplinas e suas ementas constantes no PPPCP, busquei pelos programas de todas elas para poder percorrer suas ementas, objetivo geral, objetivos específicos, conteúdo programáticos, referências bibliográficas obrigatórias e complementares. Dessa maneira, foi possível analisar se gênero e sexualidade aparecem, de que maneira e onde especificamente.

Depois de acessar esses programas, organizei os arquivos em pastas pelas fases em que as disciplinas são ofertadas, para facilitar o acesso no preenchimento do quadro para sistematização das informações, buscando identificar a presença do gênero e/ou da sexualidade, onde elas aconteciam (se na ementa, objetivos, conteúdos, bibliografia) e como (se era num tópico específico, numa unidade inteira, associado ou não com outras temáticas etc).

Como a grande maioria dos programas contém de duas a quatro páginas, pude ler cada um de forma atenta. Em seguida, utilizando da ferramenta CTRL+F, busquei as palavras gênero, sexualidade e outras correlatas, como orientação sexual, diversidade sexual, feminismo, patriarcado, para assim preencher os dados do quadro. Este movimento foi realizado no total de 48 disciplinas das 9 fases do Curso.

Nesse processo localizei nove disciplinas contendo a temática do gênero e/ou da sexualidade, sendo 8 obrigatórias e 1 NADE. No entanto, há também a disciplina optativa específica, “Corpo, gênero, sexualidade: Implicações para práticas pedagógicas”, de 72h/a, vinculada ao EED, que não consta nos documentos analisados, por não ter sido ofertada após o ajuste curricular.

É importante frisar que nesse primeiro processo foram feitas anotações e estudos dos programas de disciplinas do reajuste, sendo analisadas somente as que constavam na aba de programas de disciplinas disponíveis no site da Pedagogia UFSC. Não foram analisados os NADES e optativas que não estavam sendo ofertados no momento.

Em seguida busquei junto aos departamentos as versões anteriores ou equivalentes dessas nove disciplinas, no intuito comparar e entender as mudanças acerca da presença e/ou um aprofundamento dos estudos da temática pesquisada nos programas atuais.

As análises referentes aos programas de disciplinas me surpreenderam, pois num primeiro momento, acreditava que dentre as 49 analisadas pelo menos a metade delas abordaria em algum momento de seu programa gênero e/ou sexualidade, e não apenas 09, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 2 – Disciplinas que abordam a temática

Disciplinas totais	Abordam gênero	Abordam sexualidade	Disciplinas EED	Disciplinas MEN	Obrigatórias	NADES
49	9	3	6	3	8	1

Fonte: Autoria própria

Como pode-se observar, das 49 disciplinas analisadas, apenas 9 abordam a temática. Todas abordam gênero, mas somente 3 tematizam a sexualidade. Dessas disciplinas, 8 são de caráter obrigatório e 1 é NADE, sendo 6 delas do EED e 3 do MEN. A seguir apresento os nomes das disciplinas:

Quadro 3 – Lista de disciplinas com gênero e/ou sexualidade por fases

Código	Fase	Nome da disciplina	Temática
EED2011	1º	Introdução à Pedagogia	Gênero
EED2012	1º	Educação e Relações Étnico-Raciais	Gênero e Sexualidade
EED2027	2º	História da Educação Brasileira	Gênero
EED2026	2º	Trabalho e Educação	Gênero
EED2032	3º	Organização Escolar e Currículo	Gênero e Sexualidade
MEN2053	5º	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	Gênero
MEN2055	5º	Educação de Jovens e Adultos	Gênero
MEN2072	7º	Infância e Educação Corporal	Gênero
EED2086	NADE	Corpo e gênero na educação infantil	Gênero e Sexualidade

Fonte: Autoria própria

Chamam a atenção as pouquíssimas disciplinas que evidenciam a sexualidade em seus programas. Pereira (2021), em sua análise sobre os currículos dos cursos de pedagogia de instituições públicas da região sul, constatou uma ‘quase ausência’ das discussões sobre sexualidade nos programas das disciplinas obrigatórias que abordam gênero. Débora Britzman (1996) defende que a sexualidade seja entendida como uma questão legítima de conhecimento e de identidade, que necessita estar presente nos currículos não numa concepção comportamental, mas como uma forma de compreender os processos discursivos e institucionais que elegem e normalizam a heteronormatividade.

Na primeira fase do curso, o programa da disciplina **“Introdução à Pedagogia”** contempla discussões de gênero, as quais são visibilizadas nos conteúdos programáticos e na bibliografia obrigatória. Na Unidade II - *O curso de Pedagogia no Brasil*, há um tópico intitulado: “A generificação da docência na educação infantil e anos iniciais.”, indicando nas leituras obrigatórias o texto “O gênero da docência”, de Guacira Lopes Louro.

Ainda na primeira fase, a disciplina **“Educação e Relações Étnico-Raciais”** apresenta as discussões de gênero e da diversidade sexual articuladas às discussões étnico-raciais, fazendo-se presentes na ementa, nos objetivos específicos, no conteúdo programático e na bibliografia. A proposta da disciplina evidencia o tópico “Relações étnico-raciais e Interseccionalidades: raça-classe-gênero-diversidade sexual”.

Ao chegarmos à segunda fase do Curso de Pedagogia, nos deparamos também com 2 disciplinas que abordam gênero em seus programas. Na disciplina de **“História da Educação Brasileira”**, gênero consta no conteúdo programático da Unidade I -*Educação Brasileira: questões metodológicas*, no tópico “perspectivas de classe, étnicas e de gênero”. A segunda disciplina é **“Trabalho e Educação”**, em que a palavra gênero aparece na indicação de uma leitura na bibliografia complementar. Nota-se aqui, que apesar de gênero constar nos conteúdos da primeira disciplina da fase, não há evidências do tema em outros tópicos do programa, como objetivos, ementa e bibliografia. Já na segunda disciplina, a presença do tema se torna irrelevante por estar apenas na bibliografia complementar, possivelmente por se tratar de um livro com outros temas de interesse.

Na terceira fase do curso, há apenas uma disciplina que trata da temática, intitulada **“Organização Escolar e Currículo”**, sendo nela encontrada as palavras de gênero e sexualidade de forma articuladas com todos os pontos que fazem parte do programa. As palavras gênero e sexualidade podem ser visualizada na ementa, objetivos específicos, conteúdo programático, bibliografia obrigatória e complementar. No conteúdo programático, aparece na Unidade II, chamada: *Currículo, culturas e desigualdade social*, . onde em um de seus tópicos é estudado **gênero** e sexualidade no currículo. Já na bibliografia obrigatória, tem a indicação de dois textos para leitura.

Chegando à quinta fase do curso, podemos novamente visualizar estudos de gênero em duas disciplinas. No programa da disciplina **“Fundamentos e Metodologia do Ensino de História”**, encontramos gênero no objetivo específico, qual seja: “questões étnico-raciais, ambientais, **de gênero** e geracionais”. Já na disciplina de **“Educação de Jovens e**

Adultos (EJA)”, visualizamos na Unidade II do conteúdo programático intitulada: *Os sujeitos jovens, adultos e idosos*, o tópico que trata dos estudos acerca da cultura, **gênero**, relações raciais e de classe.

Na sétima fase, apenas a disciplina “**Infância e Educação Corporal**” evidencia abordagens de gênero, como parte da Unidade I - *Dimensões Histórico-Culturais da educação corporal na infância*, no tópico “O lugar do corpo, do movimento e do sujeito na sociedade contemporânea: questões sobre **gênero**, etnia, classe social e concepções de eficácia, beleza e prazer em uma educação corporal na infância”. No entanto, este tópico tão importante não aparece atrelado aos objetivos de forma nítida nem há indicações de leitura.

Na quarta, sexta, oitava e nona fase não identifiquei estudos acerca de gênero e sexualidade nos programas. Já, ao ler o programa do NADE “**Corpo e gênero na educação infantil**”, é possível encontrar as palavras gênero e sexualidade em sua ementa, objetivos, conteúdos programáticos, bibliografia obrigatória e complementar. A ementa anuncia gênero como construção social e se propõe a estudar relações de gênero na perspectiva de meninas e meninos. Como se trata de uma disciplina **específica de estudos de gênero e sexualidade**, ela reúne uma série de discussões que estão articuladas e visibilizadas em todos os tópicos. Além deste NADE, o curso conta com a disciplina optativa específica sobre a temática, “Corpo, gênero, sexualidade: Implicações para práticas pedagógicas”, de quatro créditos semanais, a qual não consta no PPPCP. Vale lembrar que os NADEs, disciplinas optativas e as atividades técnico-científicas e artísticas são exigências curriculares de livre escolha das/os estudantes, de acordo com seus interesses.

Considerando a atual presença do gênero e da sexualidade no currículo do curso, perguntamo-nos: o que mudou? O que permanece? O que deve mudar? Na tentativa de responder a tais questões, constata-se mudanças, talvez menos expressivas do que precisamos e gostaríamos. O número de disciplinas que apresentam gênero e sexualidade nos seus programas foi alterado de cinco em 2008, para nove em 2021. Este pequeno aumento indica que além daquelas que já traziam a temática em pelo menos um dos tópicos dos seus programas, outras três fazem referência ao tema.

Os resultados da pesquisa maior, coordenada pela profa. Angelica Silvana Pereira, mostram quatro formas pelas quais a temática de gênero e sexualidade são apresentadas nos currículos de Pedagogia de instituições públicas da região sul. São elas: 1) Em disciplinas obrigatórias específicas sobre a temática; 2) Em disciplinas obrigatórias sobre temas afins (direitos humanos, diversidade etc); 3) Em disciplinas obrigatórias de fundamentos teórico-

metodológicos da Pedagogia; 4) Em disciplinas específicas optativas. Estabelecendo conexões entre as duas pesquisas, notamos a ausência da primeira configuração – disciplinas obrigatórias específicas, prevalecendo as demais.

Em relação às disciplinas obrigatórias de fundamentos teórico-metodológicos, notamos que duas delas apresentam a temática consolidada nos programas, contendo indicações de leitura, objetivos direcionados ao tema etc., no entanto, apenas uma trata de gênero e de sexualidade. As demais disciplinas abordam apenas gênero. Além disso, os programas de algumas destas disciplinas evidenciam uma desarticulação entre conteúdos, objetivos, ementas e referências básicas de leitura. Desse modo, há programas mal ‘amarrados’, em meio a outros quarenta sequer tocam na questão.

Em relação às disciplinas específicas não obrigatórias, o curso conta com o NADE “Corpo e gênero na educação infantil” e com a disciplina optativa “Corpo, gênero, sexualidade: Implicações para práticas pedagógicas”. No entanto, Pereira (2021) observa que este tipo de oferta trata-se de uma alternativa de baixo alcance, pois além do limite implicado na ‘natureza’ destas disciplinas é comum que suas ofertas estejam condicionadas à disponibilidade de carga horária de professores/as que têm inserção na área de estudos sobre gênero e sexualidade.

Fica evidente, portanto, que pela presença ou pela ausência, o currículo acaba sendo, entre outras coisas, uma narrativa de gênero e de sexualidade (Silva, 2004). Sendo ele um território em disputa (Moreira, 2011) e lugar de representação identitária (Silva 2004), entendemos a importância de se debater no âmbito do curso, sobre gênero e sexualidade no atual currículo, considerando-se também a diversidade de seus/suas estudantes e as implicações dessas novas configurações para a formação docente. Com base nos corpos e paredes que falam, entendemos que temos o desafio de construir algumas mudanças nestes textos oficiais, afinal, eles são os “documentos de identidade” (Silva, 2004) do Curso de Pedagogia da UFSC.

Entendemos que a existência de outros espaços onde estas discussões acontecem, geralmente provocados por demandas estudantis, são muitos importantes e também se configuram num tipo de currículo, mas não nos desincumbem do compromisso de levar estas discussões para dentro do curso: dentro dos documentos e dentro das salas de aula. A existência de uma disciplina obrigatória, por exemplo, nos parece uma alternativa plausível para garantir que gênero e sexualidade façam parte da formação de todas/os as/os estudantes,

o que não é viável num currículo com uma grande maioria de disciplinas pouco permeável a estas discussões.

4 PROVOC(AÇÕES) FINAIS

Com a finalidade de investigar gênero e sexualidade no currículo Curso de Pedagogia da UFSC, no contexto do último ajuste curricular, pude estudar documentos nacionais que estabelecem diretrizes curriculares para a formação docente e documentos específicos do curso em questão, de modo a tensionar a carência de discussões acerca de gênero e sexualidade em um curso que é ocupado majoritariamente por mulheres, causando assim, a sensação de uma grande contradição.

Por meio desta pesquisa, pude afastar-me de compreensões deterministas de gênero e sexualidade, ao compreendê-los como processos sociais, históricos e culturais que posicionam os sujeitos socialmente. Entendi que a escola, na maior parte da sua existência, tem atuado como normalizadora de padrões sexistas, os quais poderão ser desconstruídos com uma formação docente crítica e consistente sobre gênero e sexualidade. Assim, o presente estudo tem grande significado para o meu processo de formação inicial, pois foi através desta produção que pude me aprofundar nessa temática que há muito tempo me interessa.

O processo não foi fácil, mas, tanto as leituras de documentos, quanto a construção das análises e das escritas, permitiram-me elaborar elementos suficientes para a percepção da fragilidade do currículo do Curso de Pedagogia da UFSC, ao se tratar das relações de gênero e sexualidade.

Na primeira seção do estudo apresentei o conjunto de forças que me provocaram a pensar sobre gênero e sexualidade no currículo do Curso de Pedagogia da UFSC, após o recente ajuste curricular. Entendendo que o referido curso tem como principal foco a docência com crianças, construí o problema de pesquisa com base nas disputas políticas que envolvem as diretrizes curriculares para a formação de professores/as, as características e demandas do curso de Pedagogia da UFSC e dados de realidade acerca das violências sexuais e de gênero que vitimizam as crianças.

Na seção seguinte, tentei sistematizar leituras, conceitos e noções que me ajudaram a sustentar o estudo teórica e metodologicamente, acerca do gênero, da sexualidade, da formação docente e do currículo no curso de Pedagogia.

Na seção três, destinada às análises, apresentei descritivamente o mapeamento do gênero e da sexualidade nas diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Pedagogia e para a formação inicial de professores/as em nível superior [licenciaturas] e para a formação continuada. Neste processo ficaram evidentes os avanços provocados pelas Resolução

CNE/CP nº 2/2015, ao oficializar a temática em questão e outras afins na formação docente, bem como os retrocessos trazidos pela Resolução CNE/CP nº 02/2019, pela ausência das mesmas em todo o documento.

Nesta seção mostrei também de que modo gênero e sexualidade perpassam os documentos curriculares em vigência no Curso de Pedagogia da UFSC, constatando a ausência total em quarenta disciplinas e a presença, por vezes frágil, em 10 disciplinas, sendo duas delas de caráter optativo e específicas sobre a temática.

A rigor, o currículo do curso evidencia mudanças positivas, mas de baixo impacto. Os achados sugerem certo descompasso entre as demandas surgidas no exercício da docência, as expectativas da formação inicial de muitas/os estudantes relacionadas ao tema e os textos oficiais do curso. No entanto, sabemos que os documentos podem não corresponder à realidade das discussões de gênero e sexualidade, uma vez que eles não dão conta das vivências cotidianas. Mas também não podemos abrir mão deles, se quisermos avançar.

Por outro lado, nos cabe seguir provocando ações – Provoc(ações) – desencadeadoras de debates sobre estes documentos, como forma de fortalecimento das lutas que travamos em defesa de uma docência capaz de lidar com questões de gênero e de sexualidade, para que “no final das contas”, a escola possa ser um lugar de acolhimento e de liberdade para crianças e professoras/es.

BIBLIOGRAFIA

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 13, p. 69-82, Abril. 2013

AMARO, Ivan. Gêneros, sexualidades e formação de professorxs no século XXI: entre apagamentos, práticas e enfrentamentos. In: AMARO, Ivan (org). **Discussões interdisciplinares no campo da formação docente** [recurso eletrônico], vol. II. Curitiba/PR: Artemis, 2020, p. 1-15.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. *Revista Espaço Acadêmico*– nº 123, p. 27-37. Rio de Janeiro. 2011

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer Conselho Pleno (CP) nº 2 de 9 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer Conselho Pleno (CP) Nº 1 DE 15 DE MAIO DE 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer Conselho Pleno (CP) nº 2 de 20 de dezembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse do Professor da Educação Básica, Brasil – DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 20 set 2022

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor? **Revista Educação & Realidade. Gênero e Educação**. Porto Alegre: vol. 20, n.2, jul/dez. 1995, p. 71-96.

COSTA, Marisa V. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa V. (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DAL'IGNA, Maria Claudia; SCHERER, Renata Porcher; CRUZ, Éderson da. Gênero, sexualidade e formação de professores: uma análise a partir da produção acadêmica da ANPED. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 632-655, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i3.48941>>, acesso em 22 de agosto de 2020.

É PRECISO falar sobre a diversidade sexual. 2022. Escrito por Hexag Educação. Disponível em: <https://cursinhoparamedicina.com.br/blog/atualidades/e-preciso-falar-sobre-a-diversidade-sexual/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ESTUDO/ANÁLISE DOCUMENTAL: UMA REVISÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA. Crisciúma: Criar Educação, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446/2324>. Acesso em: 19 jul. 2022.

FELIPE, Jane. **Scripts de gênero, sexualidade e infâncias:** temas para a formação docente. In: ALBUQUERQUE, Simone dos Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (orgs.) Para pensar a docência na educação infantil. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019., p. 238-250.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. A Psicologia Política. vol. 18. nº 43. pp. 449-502 set. – dez. 2018, p. 449-502.

LAMBE-LAMBE: lam.be-lam.be. lam.be-lam.be. 2019. MeuDicionário. Disponível em: <https://www.meudicionario.org/lambe-lambes>. Acesso em: 09 jan. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação, gênero e sexualidade:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, Gilberto; THEOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2009.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (org). Currículo: questões atuais. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. p. 9-27.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 3, p.1-5, 1996. Semanal.

NOTA da Coordenação do Curso de Pedagogia sobre Transfobia. 2022. Coordenação do Curso de Pedagogia. Disponível em: <https://pedagogia.ufsc.br/2022/07/21/nota-da-coordenacao-do-curso-de-pedagogia-sobre-transfobia/>. Acesso em: 28 set. 2022.

NOTA de repúdio do CALANT sobre transfobia nos espaços do CED/UFSC. 2022. Centro Acadêmico Livre de Antropologia da UFSC. Disponível em: <https://antropologia.paginas.ufsc.br/2022/07/24/nota-de-repudio-do-calant-sobre-transfobia-nos-espacos-do-cedufsc/>. Acesso em: 28 set. 2022.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE. 2010. Pró Reitora de Ensino de Graduação. Disponível em: <https://apoiocoordenadoriascursosgraduacao.paginas.ufsc.br/nde/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PEREIRA, Angelica S. **Gênero e Sexualidade nos Currículos dos Cursos de Pedagogia de Universidades Públicas da Região Sul:** Implicações para a Formação Docente. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Relatório de Pesquisa EED/CED/UFSC.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA: (aprovado em 2008, atualizado em 2020). (aprovado em 2008, atualizado em 2020). Coordenação do Curso de Pedagogia. Disponível em: <https://pedagogia.ufsc.br/o-curso/projeto-politico-pedagogico-do-curso/>. Acesso em: 28 set. 2022.

PROVOCAÇÃO: pro·vo·ca·ção. 2022. Editora Melhoramentos Ltda. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=Qw0we>. Acesso em: 19 nov. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. **Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1550/155059534016/html/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira et al. UM OLHAR NA HISTÓRIA: A MULHER NA ESCOLA. Disponível em: <<https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>>. Acesso em: 15 novembro de 2022.

TEMER, Luciana. **VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: OS DADOS ESTÃO AQUI, PARA QUEM QUISER VER**. 2022. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.